



O PIBID COMO POLÍTICA PÚBLICA: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Rodrigo Rodrigues Freire Gomes

rodrigo.rodriguesfg@yahoo.com.br¹

Hugo Gabriel da Silva Mota

hugo_brt@yahoo.com.br²

Resumo

O presente artigo discute os avanços proporcionados pelo PIBID na formação docente, a partir das experiências dos autores no programa. Do mesmo modo, procura apresentar e refletir sobre os possíveis cenários que o PIBID pode vir a enfrentar com as mais recentes políticas educacionais implantadas no país. A referência das reflexões apresentadas perpassam a investigação das leis e diretrizes que orientam o plano do PIBID para a formação de professores, assim como, os resultados da prática dos autores no ambiente escolar. Por fim, foi realizado uma análise política com o intuito de averiguar a atual situação do PIBID e trazer algumas inquietações sobre as conjunturas que o programa pode enfrentar daqui alguns anos.

Palavras-chave: PIBID, formação de professores, política pública;

Introdução

No atual contexto da Educação marcada pelo reducionismo em sua conjuntura estrutural e por grotescas políticas de precarização da escola e da carreira docente, o exercício de refletir sobre as perspectivas e os panoramas é necessário para nos colocarmos no debate e nos inserirmos na luta por um cenário mais justo e favorável para os sujeitos envolvidos nesta esfera social.

Neste pressuposto, o artigo destina-se a discutir as potencialidades do PIBID na formação docente, no contexto das atuais políticas direcionadas na área educacional. Para fomentar o debate, foram relatadas algumas das experiências obtidas pelos autores como bolsista e professor supervisor no programa entre os anos 2015 e 2017, como também, as leis

¹ Mestrando em Geografia IESA/UFG. Bolsista pela CAPES.

² Doutorando em Geografia IESA/UFG. Professor da Secretaria Municipal de Goiânia.

que norteiam o funcionamento do PIBID, por fim, uma análise das últimas políticas educacionais em âmbito nacional. Estes elementos, julga-se, são de extrema importância para entender a relevância e a influência do programa na formação docente, como também, reforçar a preocupação quanto as incertezas na continuidade do PIBID enquanto política pública na formação de futuros professores e na formação continuada de docentes atuantes na Educação Básica.

Deste modo, o artigo visa responder aos seguintes questionamentos: qual a influência do PIBID em âmbito nacional para a formação de professores? Quais foram as leis e o contexto educacional que o PIBID foi inserido? Quais os objetivos e contribuições o PIBID traz para formação de professores? O que podemos prever para o funcionamento do programa daqui alguns anos a partir da atual dinâmica educacional no campo político? Essas questões basilares darão suporte e um direcionamento para o andamento deste texto.

1. O PIBID como política pública: o que diz suas diretrizes e como ocorreu seu impacto?

Pensar no PIBID como um instrumento formativo demanda investigar e pensar sobre suas demandas, importância e efetivação nos cursos de formação de professores. É comum notar, na rotina de licenciandos e no contexto acadêmico em estão inseridos, que muitos estudantes que aspiram a docência se deparam com uma ampla lacuna entre a academia e o contexto escolar dilatando o distanciamento entre a teoria – vista nas universidades – e a prática – que efetivamente, é feita nas escolas -.

Caporale (2015) corrobora essa assertiva, em sua pesquisa sobre a importância do PIBID no processo formativo de professores, constatando que o tempo de preparo do estágio docente é ineficiente e incapaz de “preparar o terreno” do contexto escolar para o licenciando, muito por conta do pouco tempo para reflexão da prática estabelecida nesses momentos. Em função disso, consequências como evasão nos cursos de licenciatura e o desinteresse de assumir a docência após a diplomação é muito costumeiro na realidade acadêmica.

No outro lado da via, nota-se que, em maioria, os professores formados que atuam na Educação Básica não tem contato ou perdem totalmente a vivência com o ambiente acadêmico, inviabilizando-os de almejam e ingressarem um processo de formação continuada a partir da academia. Processo, este, que é fundamental importância para a atualização e a reflexão do



professor frente as transformações que a sociedade perpassa e que impõe novas diretrizes, práticas e condutas no âmbito educacional.

Somado à isso, a carreira docente passa por questões delicadas como desprestígio, desvalorização e precarização profissional e das condições de trabalho, além de uma *práxis* dissociada das problemáticas sociais que exigem uma reflexão sobre o fazer docente. Tais fatores, reforçam estereótipos da precariedade da profissão pela sociedade e Estado, bem como, permite que outros profissionais ou membros da sociedade emitam opiniões e juízos de valor, acerca do trabalho realizado, sem, normalmente, compreenderem a dinâmica do espaço escolar e a complexidade do trabalho docente.

Assim, no cenário das fragilidades da Educação e a necessidade de construir políticas públicas para minimizar tais realidades e qualificar toda a extensão da formação educacional do indivíduo, em 2007, por meio da lei número 11.502, definiu-se que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) passaria a ter a missão de induzir e fomentar a formação inicial e continuada de profissionais da Educação Básica e estimular a valorização do magistério em todos os níveis e modalidades de ensino. Segundo Castro Neves (2012) foi uma medida do governo de incorporar a perspectiva da formação de profissionais para a educação básica, visando à harmonia e consolidação do sistema educacional brasileiro em um novo patamar de qualidade.

Neste panorama, foi criado e implantado em nível nacional o PIBID, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, que “surge com o intuito de incentivar a opção pela carreira do magistério o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a Educação Básica e promover uma maior integração de escolas públicas e universidades”. (Brasil, 2014, p.03)

O PIBID é uma iniciativa que diretamente vinculada à Diretoria de Educação Básica (DEB)³ da CAPES/MEC e tem como objetivo induzir e fomentar, inclusive em regime de

³ A Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica - DEB atua em duas linhas de ação, foi criada e vinculada juntamente à CAPES em seu momento de criação em 2007. As vertentes que a diretoria atuam são:

- a) Na indução à formação inicial de professores para a Educação Básica, organizando e apoiando a oferta de cursos de licenciatura presenciais especiais, por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor.
- b) No fomento a projetos de estudos, pesquisas e inovação, desenvolvendo um conjunto articulado de programas voltados para a valorização do magistério.

colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, a formação inicial e continuada de profissionais do magistério da Educação Básica, e, especialmente: fomentar programas de formação inicial e continuada de profissionais do magistério para Educação Básica com vistas à construção de um sistema nacional da formação de professores (BRASIL, 2012).

É importante reiterar que para além do PIBID há outros programas⁴, que visam elevar a qualidade da educação e, ainda, que estes estão atrelados à meta 15 do PNE (2014-2024) que determina que seja assegurada a formação específica de nível superior a todos professores da Educação Básica. Outra meta que coaduna com a dinâmica do PIBID é a meta 16 que visa formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação, até 2024 (BRASIL, 2014, p.02)

Porém nos deparamos com a seguinte indagação: como o PIBID pode ser um programa que fortaleça e atinja as metas citadas acima? No sentido dessa interrogação, Caporale (2015) assevera que o programa constitui-se em um terceiro espaço de formação, que se define como parte integrante entre a Universidade – *locus* de formação – e a escola de Educação Básica – onde se efetiva a prática docente -. Nesta perspectiva, o PIBID intenciona para o aluno uma vivência ampliada da rotina e da prática escolar clarificando os espaços e os tempos da escola.

Além disso, é ensejada possibilidade de participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem (GATTI *et al.*, 2011, p.129). Deste modo, a vivência ampliada no cotidiano escolar auxilia o professor em formação a pensar e refletir sobre a teoria e o estimula a exercer, de forma definitiva, a docência.

No tocante à meta 16, que objetiva o aumento da formação dos professores da Educação Básica em até 50% em nível de pós-graduação, é interessante ressaltar que o contato do professor supervisor da Educação Básica com a Universidade, o estimula a pensar sobre sua

⁴ Entre os programas podemos citar o PARFOR - O Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – que visa fomentar a oferta do ensino superior para profissionais do magistério que não tenha formação específica; o PROGRAMA NOVOS TALENTOS que tem como objetivo apoiar propostas para realização de atividades extracurriculares para professores e alunos da educação básica, tais como cursos e oficinas, visando à disseminação do conhecimento científico, ao aprimoramento e à atualização do público-alvo e à melhoria do ensino de ciências nas escolas públicas do país; e o mais recente programa de Residência Pedagógica que tem como intuito induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso. (CAPES, 2018).



prática a partir de pesquisas, discussões e troca de experiências no ambiente acadêmico, estreitando os laços entre os dois espaços formativos, que o encoraja a continuar seu processo de formação continuada em um curso de pós-graduação.

Sob essas diretrizes, o PIBID efetivou-se em 2009, com a participação de 43 instituições federais de Ensino Superior oferecendo 3088 bolsas (PIBID, 2011). No entanto, o primeiro edital se direcionava somente para o Ensino Médio, com o foco nas áreas de Matemática, Física, Química e Ciências Biológicas, que até hoje, são as áreas onde existem um maior déficit de professores formados atuando nessas disciplinas.

Em seus primeiros meses de implantação, o PIBID trouxe índices e resultados positivos que demandaram sua expansão. Deste modo, a partir do edital de 2011 o programa passou a atender toda a Educação Básica, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Indígena, do Campo e dos Quilombolas. (*ibidem*, 2011).

Em 2013, ocorreu a maior expansão do programa, no qual o edital incluiu quase todos cursos de licenciatura ofertado em IES (Instituições de Ensino Superior). Segundo a CAPES (2014), em 2009, o PIBID estava presente em 43 IES, em 2014 esse número passou para 284 IES, contemplando todas as regiões do território nacional. Outro dado que evidencia essa rápida expansão concerne-se ao número de bolsistas, em 2009 eram 3.088 bolsas distribuídas entre licenciandos, professores supervisores, coordenadores de área e de instituição. Em 2014 o número avança para 90.254 bolsas, partilhadas em 72.845 para graduandos e 11.717 para professores da rede básica de Educação (*Ibidem*, 2014), representando um aumento de mais de 2.900% em cinco anos!

Frente a essa rápida expansão, emergem-se as seguintes inquietações: que fatores embutidos no programa que o fizeram ter este crescimento? Como o PIBID, de fato, contribui para a otimização na formação de professores?

2. As contribuições do PIBID na formação docente: a dinâmica do programa e suas experiências

Decorrente desse fortalecimento do programa em âmbito acadêmico e escolar, (GATTI & ANDRÉ, 2014 *apud* BUENO & MORAIS, 2017) trazem prerrogativas direcionadas as contribuições do PIBID na formação docente e no processo de formação continuada de

professores da Educação Básica. Para os autores, o sucesso do PIBID estão vinculados aos seguintes aspectos:

- Contribuições para os cursos de licenciatura: valorização, fortalecimento e revitalização das licenciaturas e da profissão docente;
- Permanência dos estudantes nas licenciaturas acarretando em uma redução nos índices de evasão;
- A oportunidade de oferecer um contato direto com a escola pública, afinando a aproximação entre teoria e prática, estimulando no licenciando a iniciativa, a criatividade e o espírito investigativo;
- Propicia aos professores supervisores da escola uma formação continuada, motivando-os a buscar novos conhecimentos e a continuidade de estudos ao aproximar o professor do meio acadêmico e possibilitar sua reflexão sobre a prática e o questionamento construtivo;
- Para os professores das IES o PIBID favorece sua aproximação com a realidade e necessidades da escola básica, contribuindo para a modificação de posturas dos docentes do curso de licenciatura, fazendo-os refletir sobre o processo formativo;
- Para a escola básica e seus alunos o PIBID incentiva o desenvolvimento de estratégias de ensino diversificadas e motivadoras, facilitando e criando novas possibilidades de otimização do processo de ensino e aprendizagem;
- Favorece um diálogo mais efetivo entre a IES e as escolas públicas de Educação Básica, renovando práticas e reflexões teóricas, assim como, possibilita o avanço das pesquisas voltadas ao ensino, beneficiando o trabalho coletivo entre licenciandos bolsistas, professores supervisores, coordenadores de área e toda a comunidade escolar;
- E por fim, como política pública de Educação contribui para a valorização do professor, mobilizando escolas e melhorando a qualidade dos cursos de licenciatura;

Pautado nessa análise defende-se que é fundamental ressaltar o papel do PIBID na formação inicial dos licenciandos bem como dos professores supervisores. Para isso, é preciso discorrer um pouco da experiência de ser bolsista no programa por dois anos⁵. Experiência que

⁵ O autor foi bolsista do PIBID-UFG do subprojeto de Geografia entre os anos de 2015 e 2017, onde os trabalhos do programa foram realizados na Escola Municipal Madre Francisca, em Goiânia-GO



foi de fundamental importância, pois, possibilitou ampliar os horizontes didático-pedagógicos, superar alguns anseios da carreira docente e oportunizar uma junção entre o contexto acadêmico e escolar.

Na licenciatura, em geral, é extremamente comum em rodas de conversas informais, em discussões em sala de aula ponderar e refletir em como as disciplinas e todo arcabouço teórico presente no currículo do curso teriam importância quando da atuação efetiva em sala de aula. Frente a isso, nota-se os anseios, as inseguranças, as angústias dos discentes em se imaginarem lecionando em uma turma cheia de alunos. Tais desassossegos se acentuam ainda mais no momento de estágio, em que o licenciando precisa ir à escola para vivenciar o cotidiano escolar, estudar seus regimentos, verificar sua estrutura física e entrar em sala de aula para observar a atmosfera existente em sala de aula.

Inquietações como: “tenho que dar aula, e agora?”, “será que eu consigo ficar 50 minutos explicando uma matéria?”, “se eu não conseguir dar aula, acho que vou desistir da docência”, “e se os alunos me desrespeitarem ou não deixarem eu dar aula, o que farei?”, são alguns dos alvoroços que permeiam o universo do graduando quando se aproxima do tão ansiado dia de realizar a regência. Mediante essas questões, afirma-se o PIBID soube tranquilizar e me deixar preparado para esses entraves.

Primeiramente, no programa, o graduando pelo menos uma vez na semana tem que visitar a escola-campo da sua atuação. É um momento interessante, pois possibilita uma vivência do espaço escolar, uma compreensão da rotina que ali acontece e uma aproximação da realidade dos estudantes. Esse acompanhamento semanal é de suma importância, pois proporciona uma esquiwa do que Chaveiro (2011) reforça sobre o estranhamento recíproco da escola de seus profissionais com relação ao aluno e suas práticas e interesses dentro do ambiente escolar.

Segundo Mota & Gomes *et.al* (2016) “a escola quando considerada um espaço de formação, possibilita que se vivencie de modo mais intenso e dinâmico a realidade e as demandas do trabalho docente, e nesse sentido, exige uma série de ações, posturas e posicionamentos que a universidade não pode oferecer”. Tal assertiva foi reafirmada durante as observações de aula, do recreio e nos momentos de diálogo com os outros professores da escola.

Muitas lições ficaram e trouxeram alguns preceitos do “ser professor”. Fatos como o atraso de professores e sua maior dificuldade em organizar a sala para dar início a aula, a quebra da dinâmica de aula durante o período da merenda ou o agito e a ansiedade dos alunos no último horário de aulas, possibilita aos licenciandos traçar estratégias, métodos e abordagens para superar os impasses que essas situações ocasionam.

Outra percepção palpável alude-se a recepção dos estudantes da escola com os alunos-docentes. Em muitos trabalhos, artigos e publicações que falam de experiências realizadas em escolas por meio do PIBID, constatam que a curiosidade, a vontade dos alunos em interagirem com os graduandos são sempre positivas e, que suprimem as apreensões que os mesmos tem frente ao cotidiano escolar. Além disso, conforme presenciado em nossa experiência, alunos perguntam como ocorre o ingresso em universidades, questionam como é o curso de licenciatura e, melhor, nos reconhecem como licenciandos que estão estudando para serem professores.

Isso nos revela que, fora do senso comum, a profissão docente ainda tem o seu reconhecimento positivo apesar de todo enfrentamento que a carreira sofre por parte da sociedade. Também é perceptível que a presença de graduandos na escola pública sanam algumas dúvidas e imaginários que o estudante da educação básica tem da Universidade, estreitando e aproximando a realidade dessas duas instâncias formativas.

Além da observação semanal dentro da escola-campo do PIBID, outro momento importante era o planejamento semanal entre o grupo de bolsistas e o professor supervisor. Nesses encontros eram realizadas discussões do que foi observado em sala de aula, planejamentos de atividades e intervenções na escola e de estratégias didático-pedagógicas para o tratamento de um determinado conteúdo, de forma a atrair a atenção e a curiosidade no estudante.

Brito (2017) em seus estudos sobre o programa, aponta para primordialidade e o caráter emancipatório do PIBID e de seus participantes na busca por uma educação digna e de respeito em nosso país, em que segundo o autor:

Cabe ainda assinalar que, para a universidade, o PIBID, além ampliar as experiências e vivências em direção ao saber-fazer docente do professor constitui-se em um campo fértil de pesquisa para que nós, professores da Educação Superior, possamos, juntos com os alunos pibidianos, em contato permanente com as escolas, criar,



problematizar, produzir respostas e renovar saberes em direção aos processos de ensino–aprendizagem, aos discursos sobre o ser professor, às formas de analisar, examinar, identificar questões sobre esse lugar pleno de vozes e polissemias, que é a Escola na Educação Básica e lutar para que o direito à Educação no Brasil aconteça. (BRITO, 2017, p.4)

Bueno & Morais (2017) nos alerta para um ponto bastante pertinente e que as vezes contribui para o distanciamento entre o saber escolar e o saber docente, que remete-se a questão de uma “didatização” da ideia de pesquisa para as práticas escolares. Tal concepção que, muito difundida e apregoada no subprojeto, incentivava aos bolsistas a lerem referenciais bibliográficos importantes em âmbito acadêmico e trazer contribuições para o Ensino de Geografia na escola, de forma que essa linguagem acadêmica, seja transmutada na linguagem escolar de modo sucinto, didático e esclarecedor para os estudantes em um momento de intervenção, produzindo práticas escolares vinculadas a realidade do local.

Diante dessas contribuições, não é nenhum exagero ponderar, que o PIBID foi um programa que aperfeiçoou a formação de vários licenciandos e os engajaram na busca do término do curso com a sua sequente entrada como professor efetivo no ambiente escolar. Para os professores supervisores, o contato com o PIBID foi crucial, pois eles tiveram oportunidade de contato com novos métodos e estratégias do processo de ensino-aprendizagem e foram impulsionados a tentarem ingressar em um programa de pós-graduação para concretizarem sua formação continuada.

No entanto, apesar de todo êxito no tocante à formação de professores, o panorama político e algumas medidas governamentais na área educacional colocam em cheque a situação do PIBID para os próximos anos. No próximo tópico, iremos abordar quais são as perspectivas e como essas políticas podem impactar no andamento do programa daqui alguns anos.

O contexto político e educacional: O que irá acontecer com o PIBID?

O atual momento para a Educação brasileira é marcado por incertezas, políticas desconexas em relação ao que se espera da educação e o que se propõem, que a nosso ver, estão imersas no modelo neoliberal para as políticas educacionais. Antes de tudo, é importante salientar que a discussão presente neste tópico não apontará nenhum futuro em relação ao programa e, sim, os possíveis rumos que a Educação no país vem tomando, que poderão impactar de forma indireta ou direta, o PIBID.

Após o processo de *impeachment* de Dilma Rouseff em 2016, o governo seguinte tratou de implantar algumas reformas no currículo escolar das escolas públicas. Dentre elas, estão a Lei nº 13.415/2017 que trata da Reforma do Ensino Médio e estabeleceu uma nova estrutura e organização curricular para esta etapa de ensino. Do mesmo modo, a implantação da BNCC – Base Nacional Comum Curricular – que definirá o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Tais medidas, subjetivam uma série de consequências e efeitos, tanto para os estudantes, professores e para as instâncias formativas. Impactos como o reducionismo no currículo, um ensino pautado no tecnicismo e na ausência de criticidade, precarização da carreira docente e uma maior flexibilização na formação de professores, são alguns dos cenários que podem estar por vir no contexto educacional. Pautado nessas prerrogativas emerge o seguinte problema: como o PIBID aparece nessa atual conjuntura?

Em 2016, a CAPES emitiu vários comunicados e avisos de possíveis cortes em seu orçamento. O aviso não era fortuito e sim obstinado, uma vez que a PEC 55 foi aprovada e promulgada no final de 2016 indicando um limite de gastos nas áreas de Educação e Saúde. Em decorrência dessa emenda constitucional, programas subsidiados pela CAPES, tais como o PIBID, tinham perspectivas de cortes em seus orçamentos, ameaçando a estabilidade do programa.

A portaria nº 46, de 11 de abril de 2016 trouxe algumas remodelações na estrutura do programa, dentre elas destaca-se a reorganização do número de bolsistas envolvidos com o PIBID; definindo a quantidade de bolsistas para cada coordenador de área e supervisor participante do programa, em que o coordenador deve orientar no máximo 30 bolsistas de iniciação à docência e o supervisor deveria acompanhar no mínimo 10 bolsistas. Essa alteração, apesar de tímida, tem em seu âmago um caráter reducionista, pois apesar de manter o número de bolsistas fica subentendido a intenção da diminuição de supervisores e coordenadores de área – que no programa recebem os maiores valores na bolsa ofertada -.

Outra providência embutida na portaria refere-se a duração de bolsas que passaram a ser de doze meses, prorrogáveis por igual período. Tal alteração pode comprometer a formação



do licenciando caso não haja continuidade, bem como, retira na prática, a dedicação efetiva deste futuro professor às demandas de sua formação.

Em 2018, o cenário ficou mais incerto quando foi implantado pelo governo a proposta da Residência Pedagógica que tem como objetivos centrais:

- I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;
- II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;
- III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores.
- IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (CAPES, 2018)

Ao analisar o edital, nascem os primeiros questionamentos: o programa vem pra ambientar de fato o licenciando nas escolas ou apenas para enxertar a BNCC nos programas de formação inicial? Como ficará o Estágio Supervisionado presente nos cursos de licenciatura? E o PIBID como se situa neste contexto?

Próximo a esse edital, a CAPES também lançou, em 2018, um novo edital para o PIBID, que sofreu algumas alterações derivadas da intenção do governo do projeto de Residência Pedagógica, dentre elas estão:

- Está habilitado o aluno que tiver menos de 60% do curso concluído;
- Diminuição na carga horária de doze horas para oito;
- A vigência da bolsa passa a ser agora de 18 meses, sem possibilidade de renovação;
- O programa, a âmbito nacional, terá uma cota de 45 mil bolsas;

Implícita a essas mudanças é possível prever que o PIBID deve perder espaço para o novo programa de Residência Pedagógica. Isso fica previsível no edital, quando há uma delimitação no que concerne a carga regimental máxima do curso que o estudante já cursou. Outra questão pertinente é a vigência da bolsa que foi reduzida, passando de 24 meses – conforme a portaria citada acima – para 18 meses que pode implicar uma redução de custos,

reforçado pelo limite máximo de 45 mil bolsistas, em detrimento do mais de 90 mil que o programa contemplava em 2014.

Diante desses cenários, que não são animadores, ainda não dá para prever o que irá acontecer com o programa, porém não é espanto conceber o PIBID como uma política que deve seguir os passos e os rumos da forma de como a Educação é tratada no país que segue diretrizes neoliberais que direcionam a um modelo tecnicista e reducionista em sua estrutura.

Considerações finais

A partir dos estudos realizadas junto com suas ponderações, não é nenhum exagero afirmar que o PIBID, como política pública, possibilita um amadurecimento e um bom preparo do futuro docente na esfera escolar. Outro aspecto positivo, é que o programa é um importante catalisador no processo de diminuição do abismo encontrado entre a Universidade e a Escola, possibilitando maior contato do licenciando com a realidade escolar, além de promover uma reflexão e uma maior qualificação do docente atuante na rede pública da Educação.

Porém, apesar de seu triunfo, o programa se encontra ameaçado e desamparado, uma vez que o atual cenário educacional não é nada animador e coloca em cheque a estabilidade e o futuro do programa. Se irá acabar ou não, ainda é algo enigmático e que não é possível de ser mensurado, contudo, reconhecer o PIBID como um programa de excelência na formação de professores é primordial para empenharmos na sua manutenção e continuidade.

Por fim, reitera-se a magnitude em um contexto mais amplo da educação, de nós professores e licenciandos em formação, estarmos atentos as entranhas e as intencionalidades do processo político e de seus representantes para a Educação. Intenções que emanam um sentimento de luta e resistência de todos para salvar a educação de um possível estado de desvalorização e desprestígio perante a sociedade.

Referências bibliográficas

BRASIL Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica. **Relatório de Gestão DEB 2009 – 2014**. Brasília: DEB/CAPES, 2014a. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/20150818_DEB-relatorio-de-gestao-vol-1-com-anexos.pdf>. Acesso em: 22 de Março de 2019.



BRASIL Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **PIBID: relatórios e dados.** Brasília: CAPES, 2014b. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/relatorios-e-dados>>. Acesso em: 25 de Março de 2019.

BRASIL. **Edital CAPES 07/2018 que dispõe sobre a chamada pública para a apresentação de propostas.** Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/.../editais/01032018-Edital-7-2018-PIBID.pdf>, 2018. Acesso em: 24 de Março de 2019.

BRITO, Robson Figueiredo. **Políticas Públicas de Educação: o PIBID uma forma de fazer o direito à educação aparecer.** Virtuajus, Belo Horizonte, v.2, n.1, p 145-162, 2017.

BUENO, M.A; MORAIS, E.M.B; **As contribuições do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência para a formação de professores de Geografia.** Ateliê Geográfico – Goiânia – GO, v.11, n.1, p 71-86, 2017.

CAPES. Portaria nº 46, de 11 de abril de 2016. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/15042016-Portaria-46-Regulamento-PIBID-completa.pdf>>. Acesso em: 23 de

CAPORALE, Giancarlo. **PIBID – Espaço de formação docente: uma análise das relações entre a escola básica e a universidade.** Dissertação (Mestrado), UFRS, Faculdade de Educação, Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, 2015.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **O jovem aluno contemporâneo e as demandas da escola: mundos em conflito.** In. CAVALCANTI, Lana de Souza et. al [orgs]. A produção do conhecimento e a sobre pesquisa no ensino da Geografia. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2011.

CRUZ, Shirleide Pereira. **A residência pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistência.** Momentos: diálogos em educação, v.27, n.2, p 227-247, 2018.

GATTI, B. A. BARRETO. S.S ANDRÉ. M. A. **Políticas docentes no Brasil: um Estado de arte.** Brasília: UNESCO, 2011.p 300. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002121/212183por.pdf>>. Acesso: 26 de março de 2019.

GOMES, R.R.F.G; MOTA, H.G.S; *et.al*; **O ambiente escolar como lugar de formação: a experiência dos alunos do PIBID de Geografia da UFG em uma escola municipal de Goiânia.** Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão. Goiânia-GO, 2016.

GATTI, B. A. BARRETO. S.S ANDRÉ. M. A. **Políticas docentes no Brasil: um Estado de arte.** Brasília: UNESCO, 2011.p 300. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002121/212183por.pdf>>. Acesso: 26 de março de 2019.

Notas das entidades em relação a Residência Pedagógica. **Manifestação das entidades educacionais sobre a política de formação de professores anunciada pelo MEC.** Disponível: <<http://www.anped.org.br/news/manifestacao-das-entidades-educacionais-sobre-politica-de-formacao-de-professores-anunciada>>. Acesso: 25 de março de 2019.